



Jornal FNE

Edição 43 – Dez/05

Perspectivas para o futuro

A edição nº 43 de Engenheiro traz uma pauta rumo ao futuro. Na capa, a experiência pioneira da cidade fluminense de Nova Iguaçu, que negociou com a Holanda créditos de carbono, conforme previsto pelo Protocolo de Quioto. Em Engenharia, outro projeto de ponta, que visa formar o profissional com o perfil ideal para a globalização econômica. Envolvendo poucas instituições de ensino ao redor do globo, o estudo conta com a participação da brasileira Escola Politécnica da USP. Em C&T, também uma iniciativa arrojada, a parceria por inovação tecnológica entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Índia.

Seguindo para o campo que envolve mais diretamente a articulação política, a vitória da candidata à Presidência do Crea-DF, Lia Sá, eleita com uma plataforma voltada ao aprimoramento do conselho.

Em reunião no Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo), foi ampliado o Capítulo Brasileiro da Rede Vida, organização internacional que combate a privatização da água. A articulação teve sua agenda reforçada e ganhou a adesão de diversas entidades.

As perspectivas para a América Latina estão na entrevista com o diretor do Le Monde Diplomatique, Carlos Gabetta. Jornalista, escritor e atento analista das questões sociais, políticas e econômicas do continente, ele aposta no Mercosul (Mercado Comum do Sul) como forma de desenvolvimento para os países da região.

Ainda, a opinião de nossos colaboradores e o que acontece nos estados.

Boa leitura.

CAPA

Implementado pela S.A. Paulista, em parceria com a Prefeitura de Nova Iguaçu e a Companhia de Limpeza Urbana do município, o projeto Nova Gerar foi o primeiro a obter o registro junto à ONU (Organização das Nações Unidas) como MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo). A inscrição permitiu seu financiamento através de créditos de carbono, os quais, segundo a engenheira química Priscila Mendes Zidan, coordenadora de meio ambiente da S.A. Paulista, já foram integralmente vendidos para a Holanda por 21 anos, em um montante estimado em mais de 14 milhões de toneladas de gás carbônico, o que renderá ao projeto cerca de \$ 44,6 milhões.

As regras para tanto constam do Protocolo de Quioto. Pelo tratado, as nações que mais agredem o meio ambiente têm que diminuir suas emissões em pelo menos 5% num período de cinco anos (de 2008 a 2012) em relação aos índices de 1990. Para atingir a meta, poderão comprar créditos resultantes da redução de emissões em países menos poluidores, num total de 20% do estabelecido.

Tratamento de resíduos

O projeto Nova Gerar garantirá esse resultado. Conforme Zidan, através do MDL, fará a captação de gás metano, o qual produz efeito estufa. Assim, deixará de emití-lo à atmosfera e gerará energia elétrica. Sua implementação pôde ser assegurada a partir da obtenção pela S.A. Paulista de concessão em 2001 para operar por 20 anos a CTR (Central de Tratamento de Resíduos) de Nova Iguaçu juntamente com a administração municipal, conta a engenheira. Essa substituiu o lixão de Marambaia, desativado definitivamente a partir de 2003, após 15 anos de existência. “Ali vazava chorume, havia problema com catadores. Hoje estamos plantando vegetação nessa área”, enfatiza ela. A CTR para onde atualmente se destinam os resíduos provenientes de Nova Iguaçu tem, na sua análise, potencial total de geração de energia de 12MW. A central inclui aterro sanitário licenciado junto ao órgão ambiental estadual, além de CTR para infectantes (oriundos de hospitais e clínicas) e chorume. “Recebe em torno de mil a 1.500 toneladas/dia de resíduos e tem potencial para 5 mil.” De acordo com Zidan, na próxima etapa, em 2006, vai ser construída unidade de britagem e entulho.

Além da iniciativa de desenvolvimento sustentável que garantiu a venda de créditos de carbono, ela orgulha-se em dizer que “o município deu a destinação adequada aos resíduos e é referência em disposição de lixo”. O triste é que, aparentemente, a cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, é exceção à regra. Segundo a engenheira, no Estado do Rio de Janeiro, a maioria dos aterros não tem licença. A situação no País não é menos grave. Zidan apresenta os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2002 que comprovam isso. Conforme as estatísticas, 64% dos municípios brasileiros dispõem de resíduos em lixões, 18% em aterros controlados e 14% em sanitários, ambos não necessariamente licenciados. O percentual restante inclui-se em “outras formas”.

OPINIÃO

Os países ricos do mundo vão adernando para a direita com a passagem de uma imensa onda conservadora. A agressividade militarista já toma conta dos Estados Unidos e o fundamentalismo se afirma em cada situação. Na Alemanha, os eleitores forçaram, de maneira confusa, a convivência das duas grandes forças políticas adversárias para cumprirem um programa neoliberal. No Japão, deram aval ao reacionarismo do governo exigindo a privatização dos correios.

Agora, na França, a maioria medida por pesquisas apoiou o programa repressivo do ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, contra a rebelião do subúrbios. Nesses subúrbios das grandes cidades é onde se aglomeram os habitantes pobres e os filhos dos imigrantes. Além de sofrerem as desgraças do desemprego e a falta de integração social e de perspectiva, esses milhões de jovens vão se dessocializando e sobrevivem com uma cultura de transgressão e de violência, marginalizados.

O mal-estar explode às vezes, como aconteceu agora, em uma seqüência de rebeliões noturnas e de tumultos de rua com queima de carros nos imensos e desolados conjuntos habitacionais que petrificam o subúrbio.

Para enfrentar a rebelião (que é sintoma), as forças políticas reacionárias da França engajaram-se em uma disputa sobre quem teria a mão mais pesada. Nessa disputa, enquanto a moda dos incêndios de carros voltou a seus registros tradicionais, ganhou a parada o truculento ministro que já é candidato presidencial, porque teve a empáfia de chamar os jovens de “escória” e garantiu mais e mais repressão.

A bandeira tricolor – da liberdade, da igualdade e da fraternidade – tremula murcha.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical

Engenheiros fortalecem-se em seus sindicatos

Manuel José Menezes Vieira

Nas escolas, aprendemos que na natureza tudo se transforma. Na vida sindical, verificamos que na esfera da Justiça do Trabalho as convicções e entendimentos também se modificam. Houve épocas em que predominava o entendimento de que os sindicatos majoritários tinham a tácita prerrogativa de representação de todos os empregados de determinada empresa.

Assim, aos sindicatos de engenheiros restava uma parcela mínima de demandas, já que muitos profissionais não se convenciam da importância de se associar às suas entidades de classe. Sentiam-se mais confortáveis junto da grande massa de empregados e também pela reconhecida eficiência e boa estrutura dos sindicatos majoritários.

Aos poucos, a situação foi se alterando. Os engenheiros foram verificando que algumas políticas sindicais dos majoritários os prejudicavam e também que demandas específicas não recebiam a devida prioridade em meio ao universo de reivindicações dos trabalhadores.

Essa situação trouxe a necessidade de os sindicatos de engenheiros se estruturarem melhor para atender as crescentes demandas de seus representados. Essa movimentação foi colocando nas ruas a importância das categorias diferenciadas como a nossa, fazendo com que as empresas e os juízes revisassem seus conceitos e convicções, passando não só a aceitar as negociações com os sindicatos de engenheiros, como até mesmo cobrar e exigir a nossa participação.

Atualmente temos situações concretas disso, como no processo de garantia de emprego e reintegração de trabalhadores demitidos pela concessionária de energia elétrica do Pará, no qual o desembargador vice-presidente do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) reconheceu apenas os engenheiros como categoria diferenciada, na atuação conjunta do Sindicato dos Urbanitários e do Senge-PA.

No caso do salário mínimo profissional (Lei 4.950-A), os engenheiros do Basa (Banco da Amazônia), nos estados onde o demandaram através dos seus sindicatos, já obtiveram vitórias. No Pará, aqueles que estão acionando o Basa através do Sindicato dos Bancários infelizmente na primeira instância já tiveram dificuldades. Alegou a Justiça que a entidade carece de representatividade para requerer o salário mínimo profissional dos engenheiros, que seria prerrogativa exclusiva do sindicato da categoria, considerada diferenciada.

Sem desmerecer os majoritários, fazemos o alerta aos colegas para que verifiquem a conveniência de associar-se aos sindicatos de engenheiros, que são os seus legítimos representantes e estão prontos a recebê-los e orientá-los. Juntos, cresceremos e nos fortaleceremos.

Manuel José Menezes Vieira é presidente do Senge-PA

ENGENHARIA

“Graças aos progressos fulminantes da informação, o mundo fica mais perto de cada um, não importa onde esteja. O outro, isto é, o resto da humanidade, parece estar próximo. Criam-se para todos a certeza e, logo depois, a consciência de ser e estar no mundo, mesmo se ainda não o alcançamos em plenitude material ou intelectual.” O trecho extraído do livro “Por uma outra globalização”, de autoria de Milton Santos, indica o processo em curso. Diante dessa realidade, um grupo de pesquisadores de oito universidades espalhadas pelo planeta objetiva traçar até o final de 2006 o perfil do engenheiro ideal. Intitulado Global Engineering Excellence, o projeto é encomendado pela Continental AG, multinacional fabricante de acessórios à

indústria automotiva, e não visa questionar os efeitos da globalização nos diversos pontos do universo. Segundo Márcio Lobo, professor de Sistemas Eletrônicos da Poli-USP (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo), parte da constatação da inexistência de um estudo sistemático do gênero e de sua necessidade. A instituição brasileira é a única da América Latina que integra a iniciativa. Além dela, participam duas escolas européias (uma alemã e outra suíça), duas estadunidenses e três asiáticas (duas chinesas e uma japonesa).

Representante da USP, juntamente com seu colega Paulo Kaminski, da Engenharia Mecânica, Lobo lembra que a primeira reunião para definir as diretrizes do projeto aconteceu na segunda semana de outubro, na Alemanha. “A idéia é que a gente apresente um documento final que corresponda ao que for consenso entre nós. A pretensão é repetir o estudo a cada dois anos. Nessa primeira rodada, seria o resumo do que concebemos como essencial ao ensino orientado à globalização”, informa. E antecipa que o resultado pode vir a ter influência nos currículos.

O trabalho incluirá pesquisa junto a companhias nacionais e multinacionais de diversos setores de modo a apontar as características do engenheiro que buscam. “A idéia é identificar o que as empresas consideram importante para mandar o profissional daqui para fora ou o que favorece sua decisão de desenvolver um produto na China ou no Brasil, por exemplo. Se é o custo da mão-de-obra, capacidade técnica instalada, impostos. Se para contratar a opção é pelo mais competente, pelo que aparentemente consegue se integrar melhor com o sistema local. Ou seja, que tipo de habilidade a gente deve tentar desenvolver nas pessoas para que tenham a facilidade de estar lá ou cá.”

À formação desse engenheiro, Lobo adianta, por exemplo, que a matemática ensinada na Poli não pode ser tão diferente à na China ou nos Estados Unidos. Além de conhecer bem matérias elementares como essa e física, ele destaca que “hoje, cada vez mais, percebe-se a necessidade de ter um profissional com capacidade interdisciplinar forte”. Assim, na sua concepção, o engenheiro deve ter uma base generalista forte. “Mas temos que ter, em alguma medida, bons especialistas.” Ele continua: “De repente, não é uma formação necessariamente global, mas que transcenda a parte técnica. Vamos abordar sua capacidade de participar de reuniões, redigir bem um texto, apresentar idéias, talvez falar para um grande público, coordenar equipes ou a combinação dessas coisas. Conhecer um pouco de sociologia, filosofia ou bioquímica também pode ser bom.” É ainda recomendável ao profissional não estacionar na graduação, mas inserir-se em programas de educação continuada. Além, é claro, de dominar um segundo idioma. “Os alunos que entram na universidade já deveriam saber pelo menos inglês. Agora, o cara que souber chinês terá um diferencial”, ilustra Lobo.

Compreender o sistema

Nesse cenário, a cooperação internacional hoje existente entre as instituições tem papel fundamental, como constata o professor da Poli. “Para trabalhar na Alemanha, é conveniente que o profissional saiba a língua, conheça a cultura do país, entenda um pouco do funcionamento local. E isso ele vai compreender melhor se tiver oportunidade de estudar lá.” Lobo lembra que na Europa existe o programa de intercâmbio Erasmus, através do qual

praticamente todos os alunos das melhores universidades são convidados a estudar pelo menos seis meses em uma escola de outro país. A Poli também tem convênios com universidades estrangeiras. “Temos cerca de 300 alunos no exterior em uns 15 ou 20 países, principalmente na França, Alemanha e Itália. Isso porque existe convergência maior entre os modelos educacionais da Europa e Brasil.” Na sua ótica, a atividade é muito importante, porque o engenheiro precisa estar de olho no interesse nacional, mas compreender o sistema global e até que ponto há conflitos. “Nesse processo, a força vem em grande parte do poder econômico, o qual está muito relacionado a conhecimento. Quem o detiver será o senhor da vez.” E conclui: “A globalização me parece uma realidade inevitável. Portanto, devemos trabalhar no sentido de aproveitá-la da melhor forma.”

POLÍTICA

Lutar pelo financiamento público do setor de saneamento, denunciar o impacto das privatizações, das contaminações das águas e da falta de políticas adequadas e integradas em especial junto às mulheres, populações indígenas e quilombolas e debater projetos de lei relativos ao tema. Essas estão entre as atividades a ser desenvolvidas durante o ano de 2006 pelo Capítulo Brasileiro da Rede Vida (Vigilância Interamericana pela Defesa do Direito à Água), organização que congrega inúmeras entidades. Definida durante reunião realizada no dia 24 de novembro em São Paulo, na sede do Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado), a agenda de trabalho leva em conta as interfaces da água com setores como saúde, meio ambiente e energia, saneamento, recursos hídricos e reforma urbana. Sob essa ótica, abrange ainda promover ações que garantam o compromisso dos candidatos com a gestão pública da água nas próximas campanhas eleitorais, incluir nas discussões sobre o tema a questão da tarifa social, cobrança do uso da água, modelo energético e construção de barragens, bem como monitorar o trabalho dos comitês de bacias. Efetivar parcerias com outras entidades voltadas à defesa da água e estratégias de comunicação e capacitação também estão nos planos da Rede Vida.

As ações propostas partem dos objetivos dessa organização em nível mundial. Segundo Orlando Alves dos Santos Júnior, diretor da Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e coordenador do Fórum Nacional de Reforma Urbana, são eles: desenvolver campanhas contra a privatização do “ouro azul”, promover alternativas cidadãs em prol do direito à cidade que projetem a gestão pública da água; fortalecer e ampliar a Rede Vida nos níveis nacional, regional e continental.

Ainda no encontro, foi eleita como representante da organização brasileira no Comitê de Enlace da Rede Vida Continental uma das entidades que a integram, a Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos). Sua função será fazer o intercâmbio de informações sobre a articulação neste País com as demais.

A organização

O Capítulo Brasileiro da Rede Vida ganhou corpo após iniciativa realizada em maio, na Capital paulista, quando representantes de diversas entidades deliberaram por formar uma coalizão em defesa da água como bem público. Na ocasião, ficou evidente a necessidade de se definir uma plataforma nacional, inspirada na de caráter mundial apresentada no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro último. Em âmbito global, segundo Santos, a rede foi constituída em El Salvador há dois anos e meio, fruto da união de mais de 50 organizações e movimentos sociais do continente americano conscientes da necessidade de combater a ofensiva da privatização em várias nações.

Embora tenha ganho forma com o lançamento da coalizão, a pretensão de unificar essas lutas também no Brasil começou a ser construída ainda antes, no evento na capital gaúcha, como enfatiza Mabel de Faria Melo, assessora da Fase e membro da Rebrip. “Vimos que, para fortalecer as iniciativas existentes, tínhamos que somá-las e multiplicá-las. Assim, a idéia foi buscar essa interação e propor formas de articulação.” Também da Rebrip, Luís Fernando Novoa lembra que a formação dessa coalizão veio fazer frente a um grande impasse para que se impusesse a luta contra a privatização da água: a pulverização das iniciativas voltadas a esse fim, ao mesmo tempo em que “no campo privatista havia um processo crescente de unificação dos atores”. O que se explica, conforme ele, pelo poder econômico das corporações e fortes apoios, inclusive governamentais e de instituições multilaterais.

Um dos exemplos da investida desses organismos, que coloca em risco a gestão pública do “ouro azul”, é, de acordo com Novoa, a busca por garantir instrumentos de regulação dos aquíferos com o objetivo de controlá-los, o que “significa a apropriação da água como um todo”. Como forma de resistência a essa ação, ele constata que “os países do Mercosul (Mercado Comum do Sul), especialmente o Brasil, tentam adiantar a criação de tratados específicos para administrar as águas. Mas existem pressões para que não saiam”.

Não é à toa que essas instituições e corporações têm voltado os olhos para nações como o Brasil. Esse concentra cerca de 10% da água doce no planeta. Todavia, não garante atendimento adequado a toda a população quando o assunto é saneamento ambiental. Apesar de o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontar na PNAD 2004 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) melhora nesse segmento nos últimos dois anos – aumento de 1,2% na cobertura por rede geral dos serviços de abastecimento de água e de 2,3% nos de esgotamento sanitário –, há muito o que avançar, o que torna ainda mais urgente a luta em defesa da gestão pública da água. Diagnóstico do Ministério das Cidades mostra que quase metade da população – 83 milhões de pessoas – não é atendida por sistemas de esgotos e 45 milhões carecem de distribuição de água potável. Ainda segundo sua informação, 65% das internações hospitalares de crianças de zero a cinco anos registradas no Brasil são consequência dessa precariedade nos serviços.

ELEIÇÕES

Com mais da metade dos votos ao conselho regional, a engenheira civil Lélia Barbosa de Sousa Sá, mais conhecida como Lia Sá, foi eleita para comandar o Crea-DF nos próximos três anos. No Estado, foram às urnas no dia 9 de novembro, data da realização do pleito ao Sistema em todo o Brasil, 1.344 profissionais. A posse da nova presidente, que teve o apoio do Senge e de outras entidades, está marcada para 2 de janeiro de 2006. Ela chega ao cargo com a promessa de tornar o órgão imprescindível aos profissionais legalmente habilitados, às empresas do setor e à sociedade civil. Para realizar seu intento, apresenta proposta de trabalho que fundamenta-se em “dar continuidade às coisas boas que foram feitas e renovar outras”. Segundo Lia Sá, devem ser mantidos os repasses de ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) às entidades, o sistema de cursos, convênios com as organizações e instituições de ensino. A ser reformulada, a forma de atendimento aos profissionais, “aos quais daremos tratamento diferenciado”. Além disso, precisam ser feitas melhorias institucionais e nas instalações prediais.

Para tanto, entre as medidas inaugurais à frente do conselho, a engenheira afirma que vai reformular o organograma da estrutura básica, contratar assessores técnicos para as câmaras especializadas e adequar o Plano de Cargos e Salários. Além disso, abrir processo licitatório para a execução das obras de reforma da sede antiga e aquisição de elevador à nova. No primeiro ano de administração, pretende implementar sistema de gestão do conhecimento, além de “todas as propostas voltadas à valorização dos profissionais, principalmente quanto ao cumprimento do salário mínimo, incentivo do registro da ART e recuperação do acervo técnico”. Conforme ela, a qualificação dos funcionários e modernização do Crea-DF, principalmente no que se refere à tecnologia da informação, também estão na pauta de 2006. E promover junto com o Governo do Estado a engenharia, arquitetura e agronomia públicas. Sobre isso, “já existe uma lei em fase de regulamentação”.

Trabalho e renovação

A idéia é ainda trazer ao órgão experiências positivas de outros conselhos regionais. Entre elas o preenchimento, consulta e emissão de boleto de ART online, já adotado em diversos estados, e a implantação do Crea Junior, a exemplo de Minas Gerais. Esse, afirma Lia Sá, “entre outras atribuições, visará conscientizar, através de palestras e seminários, os estudantes e recém-formados quanto aos direitos e deveres do profissional”. O objetivo, de acordo com ela, é também abordar sua inserção no mercado de trabalho e o Código de Ética.

A presidente eleita está otimista quanto a obter o aval do plenário do conselho para implementar essas novidades. Sua crença se baseia no fato de que “todas as medidas visam o bem comum”. E ressalta: “Não me considero salvadora da Pátria, porém terei imenso prazer em trabalhar pelo Crea. Aprendi que não devemos apenas passar pela vida, mas deixar marcas registradas. Pretendo deixar impressa no conselho a do trabalho e renovação.” Lia Sá é atualmente membro do Conselho de Habitação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento

Urbano e Habitação e gerente de acompanhamento e fiscalização de obras dessa. Ocupa ainda o cargo de assessora de Programação e Controle da Diretoria de Produção e Comercialização da Caesb (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal). É também diretora de Valorização Profissional do Crea-DF e vice-presidente do Senge-DF.

Os votos para o conselho regional

Lia Sá 701

Peterson Cardoso 489

Gondiberto de Carvalho Fº 93

Dados publicados no site do Crea-DF

Eleições ao Confea ainda sem definição

Devido à suspensão da votação no Maranhão, permanece indefinido o pleito à escolha do futuro presidente do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia). Conseqüentemente, o resultado da disputa deverá ser divulgado somente em dezembro. Segundo o arquiteto Adilson Lara, membro da CEF (Comissão Eleitoral Federal), a Justiça Federal no Maranhão concedeu liminar a um mandado de segurança que alegava dúvidas quanto à relação dos 4.500 profissionais aptos a votar no Estado. Ele afirmou, contudo, ter sido constatado mediante auditoria que as informações estavam corretas. Na localidade, a eleição está programada para 1º de dezembro e o resultado final deve ser divulgado após o dia 10.

Ao cargo majoritário do conselho federal concorrem Ivo Mendes Lima, José Eduardo de Paula Alonso, José Walter Bautista Vidal e Marcos Túlio de Melo. No site www.confex.org.br podem ser obtidas maiores informações sobre as eleições ao Sistema.

SINDICAL

RS

Engenheiros debatem extensão rural no Estado

No dia 16 de novembro, aconteceu o "I Encontro Estadual dos Engenheiros da Ascar (Associação Sulina Crédito e Assistência Rural)/Emater (Associação Riograndense de

Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural) ” , promovido pelo Senge Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. O evento reuniu mais de 300 profissionais do Estado para discussão sobre sua situação profissional e para uma manifestação em defesa da extensão rural no Estado. O encontro foi aberto por Joel Fischmann, presidente do Senge, Fermin Camison e Jorge Gomes, vice-presidentes, José Luiz Azambuja e Nilo Rigotti, entre outros integrantes da diretoria, e contou com a presença de Caio Tibério da Rocha, presidente da Emater. Várias questões foram propostas como temário, tais como o descumprimento do salário mínimo profissional pela Emater e dificuldades no desenvolvimento das relações funcionais internas e no estabelecimento de negociações coletivas com as empresas do Governo do Estado.

No final do encontro, foi aprovada a “Carta dos Engenheiros”, que foi endereçada ao governador Germano Rigotto e entregue por uma comissão a Pedro Bisch Neto, subchefe da Casa Civil. A carta faz várias denúncias sobre o não-cumprimento do piso salarial profissional e do Plano de Cargos e Salários da Emater e alerta sobre o agravamento da situação financeira da empresa, o aumento do seu passivo trabalhista, as ingerências político-partidárias na gestão da instituição, exigindo a recomposição dos quadros técnicos da companhia e da matriz salarial, entre outras reivindicações. “O que estará em risco, de fato, será o apoio à agropecuária gaúcha, esteio do desenvolvimento do Estado e detentora dos mais altos patamares de excelência no panorama nacional”, diz a carta. Segundo Joel Fischmann, o sindicato deu vários outros encaminhamentos ao conteúdo do documento.

TO

Basa terá de pagar mínimo profissional

O processo 841/2005 movido pelo Seageto contra o Banco da Amazônia pelo descumprimento da Lei 4.950-A/66 foi considerado procedente em julgamento na 2ª Vara do Trabalho em Palmas. Tal ação beneficia os engenheiros que não haviam sido contemplados pelo processo 1.070/2004. O juiz condenou o banco a pagar as diferenças salariais aos profissionais. Na tentativa de reverter essa determinação, a instituição financeira entrou com recurso junto ao TRT (Tribunal Regional do Trabalho), em Brasília. Segundo João Alberto Rodrigues Aragão, presidente do sindicato, na ação de 2004, o banco perdeu em todas instâncias e agora está recorrendo junto ao TST (Tribunal Superior do Trabalho). A lei estabelece o piso da categoria em seis salários mínimos, o que hoje corresponde a R\$ 1.800,00, para uma jornada de seis horas diárias de trabalho.

MA

Comemoração do Dia do Engenheiro

No dia 10 de dezembro, o Senge Maranhão e o Crea-MA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado) programaram um jantar no Iate Clube para comemorar o Dia do Engenheiro – 11 de dezembro –, que contará com shows sob a direção musical do

engenheiro e pianista Adelino Valente. Na ocasião, serão homenageados os profissionais da categoria que se destacaram durante o ano. Estão confirmadas as presenças do grupo musical do engenheiros “Insensatez”, do compositor maranhense Antonio Vieira, além de Djalma Chaves, Antonio José e outros profissionais que atuam como cantores e compositores. Para o presidente do Senge, Sebastião Djalma, a comemoração com toque artístico é mais uma oportunidade de se demonstrar “a força da classe dos engenheiros maranhenses”.

RN

Palestra aborda assédio moral

Com objetivo de esclarecer os associados, o Senge Rio Grande do Norte realizou uma palestra sobre o tema, em 27 de outubro último, na sede da entidade. O palestrante foi Ricardo José Silva Reis, advogado trabalhista. Ele defende a implantação de instrumento normativo que preveja a responsabilidade dos empregadores por não possuírem um plano de prevenção contra o assédio moral e que contemple incentivos fiscais aos que desenvolverem tal plano. “Isso poderia constituir, por si só, um meio hábil para se presumir a boa-fé do empregador.” Além disso, Reis reiterou a importância dos sindicatos inserirem cláusulas específicas que combatam o assédio moral nas relações de trabalho nos acordos e convenções coletivas. Ele ressaltou ainda que, ao contrário do que ocorre com o assédio sexual, no moral as figuras do empregado e do empregador ou superior hierárquico não possuem posições fixas de vítima e agente agressor. Na opinião de Augusto César de Freitas Barros, presidente do Senge Rio Grande do Norte, trata-se de tema de relevância nas relações trabalhistas.

SC

Luta contra municipalização do saneamento

Em 24 de novembro, seis dias após a sua criação, o Fórum Permanente de Luta pela Manutenção da Casan Pública, integrado por deputados e sindicatos, obteve uma importante vitória. O Projeto de Lei nº 442/05 deixou de tramitar em regime de urgência, conforme havia sido entregue à Assembléia Legislativa, em 27 de outubro. Em síntese, a proposta estabelece uma transição do atual modelo de gestão do saneamento, abrindo caminho para o estabelecimento de parcerias entre Estado e o setor privado. O texto prevê a criação de sistemas de macrodistribuição em consórcios de municípios, com abrangência regional. Na prática, a Casan (Companhia Catarinense de Água e Saneamento) seria transformada numa holding que administraria empresas regionais, respeitando a autonomia dos municípios. Segundo José Carlos Rauen, presidente do Senge-SC, a luta contra a municipalização inclui a busca por recursos. Com esse objetivo, já conseguiu autorização para buscar financiamento do JBIC (Banco Japonês). No total, seriam US\$ 390 milhões destinados ao setor, em 12 meses.

MS

Engenheiros do Estado terão assembléia

No dia 6 de dezembro, os engenheiros do funcionalismo público estadual se reunirão em assembléia geral extraordinária. O objetivo é discutir e deliberar sobre medidas judiciais ou extrajudiciais na defesa dos interesses coletivos e individuais da categoria e assuntos gerais. Ocorrerá na sede do Senge Mato Grosso do Sul, às 18 horas.

ENTREVISTA

Após décadas enfrentando ditaduras e políticas neoliberais, os países do continente começam a respirar ares progressistas, seja com a eleição de governos de centro-esquerda ou por mobilizações populares. O que virá como resultado desse movimento, no entanto, é difícil prever. Tudo pode acontecer numa conjuntura em que a principal esperança de mudança, o Governo Lula, adquiriu ares conservadores na economia e se vê alvo de denúncias de corrupção e não há trégua à experiência decididamente transformadora, a de Hugo Chávez na Venezuela. A avaliação é do jornalista e escritor argentino Carlos Gabetta, diretor da edição Cone Sul do prestigiado jornal *Le Monde Diplomatique* e autor de “La ‘democracia’ en Argentina” (Capital Intelectual, 2003) e “La debacle de Argentina” (Icaria, 2003), entre outros. Observador atento e privilegiado da trajetória político-econômica da América Latina, Gabetta vê no Mercosul (Mercado Comum do Sul) uma necessidade imperiosa para se garantir o desenvolvimento da região.

Quais são as perspectivas atuais para a América Latina? Depois de enfrentar dissabores comuns, como as ditaduras que atravessaram os anos 60, 70 e 80 e as políticas neoliberais que tomaram de assalto a região nos anos 90, o que esperar no futuro próximo?

Tanto as ditaduras militares quanto as políticas econômicas neoliberais (e não convém separá-las, porque em geral as primeiras foram o suporte político para as segundas) resultaram em sociedades cada vez mais desiguais e desencantadas. Nos últimos anos, isso, por sua vez, gerou uma reação político-social que, até agora, resultou em governos progressistas ou de centro-esquerda – ao menos no discurso e nas propostas pré-eleitorais –, como os de Kirchner, Lula e Vázquez. E também em um governo decididamente transformador, como o de Chávez, na Venezuela. Naqueles países em que isso não ocorreu, temos sociedades em ebulição e/ou governos fragilizados, como no Peru, Nicarágua, Bolívia, Equador, nos países da América Central e até mesmo no México. Os próximos anos nos dirão se essa evolução se confirma e se os governos progressistas souberam e quiseram realizar as mudanças para as quais foram eleitos.

Que significado têm as insurgências populares como as da Bolívia, por exemplo, que pipocam no continente?

Cada país, cada processo têm sua especificidade. Porém, o traço comum é uma tomada de consciência e de mobilização dos setores mais afetados pelas políticas neoliberais. É o caso dos indígenas no México, Bolívia e Equador, assim como os sem-terra no Brasil e os piqueteiros na Argentina. Há também em quase todos os países um fermento de consciência política nas classes médias e até em alguns setores da burguesia afetados pela globalização.

Hugo Chávez, na Venezuela, é parte desse mesmo movimento?

O governo de Chávez é um caso a parte. Em primeiro lugar, porque emerge de uma debacle total do sistema político anterior; segundo, porque Chávez dispõe de legitimidade democrática inigualável na região (venceu com ampla vantagem oito eleições honestas e superou um golpe de Estado); terceiro, porque, diferentemente dos outros países, dispõe de amplos recursos financeiros provenientes do petróleo; quarto, porque tem apoio das Forças Armadas; e, finalmente, porque é o mais audaz e revolucionário de todos. Por conta disso, é o mais atacado pelos Estados Unidos e pela União Européia e por sua própria burguesia, tanto que se teme um atentado contra ele. No entanto, acredito que na conjuntura atual a utopia revolucionária de Chávez é bem mais realista que a “prudência” dos demais.

A eleição de Lula no Brasil foi saudada como uma vitória da esquerda latino-americana. Hoje, mergulhado em denúncias de corrupção e, principalmente, tendo radicalizado a política econômica de Fernando Henrique Cardoso, em vez de alterá-la, isso parece ter sido mera ilusão.

Justamente, o caso do Governo Lula explica minha afirmação de que Chávez é mais realista que seus colegas progressistas latino-americanos. No esforço de não se chocar com a direita, o Partido dos Trabalhadores e o governo acabaram por adotar seus próprios métodos. Olhando de fora, aparentemente, após ter se comprovado a corrupção, Lula ficou manietado pela direita e pelos meios de comunicação. Numa visão de fora, insisto (com as limitações que isso implica), o que parece é que o PT e Lula, que chegaram ao governo do Brasil em meio a uma grande expectativa popular, acabaram por sequer ter tentado implantar qualquer mudança.

Já há também críticas a Tabaré Vázquez. Ele repete no Uruguai a performance de Lula no Brasil?

É cedo demais para dizer, mas é preciso ter em conta que o Uruguai não tem sequer uma mínima parte dos imensos recursos do Brasil ou da Argentina. Se nesses países não houver mudanças, o Uruguai não poderá fazê-lo sozinho.

Diferentemente de Lula, Kirchner era visto com extrema desconfiança pela esquerda na Argentina. Surpreendentemente, ao que parece, vem conseguindo recuperar a economia do país e adotou uma postura corajosa frente aos credores e ao Governo Bush.

O Governo Kirchner é peronista, o que não é um bom agouro. O peronismo é um aparato mafioso, representa a cultura de imoralidade política. Dito isso, ressalve-se que Kirchner vem da esquerda peronista. Mas essa sempre acabou por ser devorada (quando não massacrada) pela direita peronista, que se alia à direita nua e crua... Assim, é esperar para ver.

Diante das dificuldades de cada país, é possível consolidar o Mercosul?

Possível é. O Mercosul dispõe de tudo – riquezas naturais, população, capital, desenvolvimento industrial e agropecuário, ciência, tecnologia etc – para deslançar e se consolidar de forma autônoma. Mais que um projeto, é uma necessidade reconhecida por todos os governos da região. Para ter sucesso, depende da visão e vontade política dos dirigentes desses países. Nesse sentido, é uma pena que o Governo Lula esteja tão frágil neste momento.

C&T

Pesquisadores brasileiros e indianos, visando a inserção desses países de forma mais vantajosa na globalização, vêm intensificando sua aproximação e acabam de apresentar o estudo intitulado “Elementos para a construção de uma cooperação Brasil-Índia: inovação tecnológica e comércio internacional – rumo a uma estratégia de desenvolvimento para superar os efeitos assimétricos da globalização”. O trabalho é coordenado por Marcos Costa Lima, professor de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e por Suranjit Kumar Saha, professor de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Waller-Swansea, e integra o programa de apoio à pesquisa sobre países intermediários e em cooperação com o Brasil, com financiamento da Fundação Ford e do Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro).

O estudo traz proposições para explorar as oportunidades de intercâmbio entre as duas nações na área de ciência e tecnologia, compara seus sistemas de inovação, confere sua atuação e define as principais áreas de ação conjunta, propondo como ponto de partida o setor de produção de softwares. Não apenas os produtos ligados à tecnologia da informação estão listados pelo trabalho. Os levantamentos de Lima e Saha apontam que Brasil e Índia desenvolveram suas indústrias aeronáuticas, as quais são tecnológica e financeiramente independentes das companhias multinacionais. A Índia tem ainda capacidades relevantes nas tecnologias espaciais e de mísseis, bem como no campo da energia nuclear, enquanto o Brasil estabeleceu uma liderança global na área da bioenergia. Por outro lado, a indústria automobilística brasileira, fortemente demandante de software e tecnologia de desenho, é totalmente subordinada a corporações multinacionais baseadas nos Estados Unidos, na União

Européia e no Japão. Esse seria um segmento, portanto, em que a cooperação poderia garantir competitividade no mercado global.

Os pesquisadores almejam que, a partir desse projeto, uma agenda de trabalho mais ambiciosa seja estruturada visando a cooperação no longo prazo, que o professor da UFPE considera vital. Segundo ele, até recentemente, as diplomacias brasileira e indiana estiveram muito distantes, não percebendo as reais oportunidades de parceria que se abrem, podendo adentrar os diversos campos da ciência, da cultura, do meio ambiente e da sociedade.

Descompasso

De acordo com Lima, a iniciativa ajudará o Brasil a vencer os atrasos que registra no setor. Segundo ele, os pontos nevrálgicos desse descompasso estão na ausência de uma política industrial coerente e autônoma, capaz de nortear os investimentos na área, na débil relação com as necessidades de desenvolvimento e na falta de convergência dos planos em C&T com as estratégias de desenvolvimento econômico, social e político. Ou seja, um modelo errático que privilegia o curto prazo, não estimula a continuidade e é desarticulado.

O professor da UFPE lembra ainda que o setor tem uma trajetória de forte instabilidade, com irregularidades de financiamento, obstáculos institucionais de natureza organizacional, legal e de recursos humanos. Embora consolidado, sofisticado e sem paralelo na América Latina, apresenta, assim, inúmeras debilidades, mesmo com a entrada em vigor dos fundos setoriais.

Outras questões apresentadas pelo estudo contestam a pequena participação do setor privado na produção de C&T, demonstrada pelo número de pesquisadores e engenheiros atuando em empresas localizadas no Brasil. “Há extrema dependência dos pacotes tecnológicos exógenos e falta de capacidade em gerar recursos humanos que ofereçam um melhor desempenho”, aponta Lima.

O pesquisador também indica a necessidade de o Brasil romper a concentração regional dos investimentos o que, segundo ele, provoca o isolamento da comunidade científica. Além disso, afirma, os SINs (Sistemas Nacionais de Inovação) são produtos históricos, decorrentes de trajetórias específicas dos países que os adotam. Dessa forma, a estrutura institucional que compõe o brasileiro passou por diversas transformações na década de 90, caracterizadas pela redução da responsabilidade do governo em relação às instituições de pesquisa.